



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS
SUBSECRETARIA ADMINISTRAÇÃO GERAL
DIRETORIA DE CONTRATOS CONVÊNIOS E FUNDOS

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 04/2015-SEMIDH,
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº
05/2002, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA DE
ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS
MULHERES, IGUALDADE RACIAL
E DIREITOS HUMANOS E A
FUNDAÇÃO NACIONAL DE
AMPARO AO PRESO – FUNAP/DF.**

Processo nº 0419.000.064/2015

Cláusula Primeira – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS (SEMIDH)**, órgão da Administração Direta, inscrita sob o CNPJ nº 15.169.975/0001-15, neste ato representada por **MARISE RIBEIRO NOGUEIRA**, brasileira, divorciada, portadora da Carteira de Identidade nº 13655 MRE/DF, inscrita no CPF sob o nº 877.716.087-87, na qualidade de Secretária de Estado da SEMIDH, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto s/nº, Seção II, página 12, Diário Oficial do Distrito Federal de 1 de Janeiro de 2015, dos incisos III e V, parágrafo único do art. 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como o art. 31, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010 (Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL – FUNAP/DF**, doravante denominada **CONTRATADA**, instruída pela Lei 7.533 de setembro de 1986, sediada nesta Capital, CGC nº 03.495108/0001-90, com sede no SIA Trecho 2, Lotes 1835/1845, Térreo, Brasília, CEP 72.200-020, vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, criada estatutariamente sem fins lucrativos, representada neste ato por sua Diretora Executiva **FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE**, portadora da Carteira de Identidade nº 138.745 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 583.956.871-68, conforme delegação de competência prevista na

Folha nº	185
Processo nº	419.000.064/2015
25	1657098-7
Publica	Matricula

Portaria nº 1, de 23 de fevereiro de 2012, da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUS/DF, publicada no DODF nº 44 de 2 março de 2012.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico de fls. 03/09, da justificativa de Dispensa de Licitação de fl. 05 com fulcro nas disposições contidas no inciso XIII, do art. 24 c/c art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93, do Parecer Jurídico nº 312/2013-PROCAD/PGDF, e demais disposições legais vigentes.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O presente Contrato tem como objeto a contratação da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, para a prestação de serviços de mão de obra, a serem executados por até 35 (trinta e cinco) sentenciados, na Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

O contrato será executado de forma indireta, sob o regime de tarefa, segundo o disposto nos arts. 6º e 10 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1. O valor total do contrato é de R\$ 637.858,80 (Seiscentos e trinta e sete mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos) para a contratação de até 35 (trinta e cinco) sentenciados de NÍVEL I e II, com custo mensal de R\$ 53.154,90 (Cinquenta e três mil, cento e cinquenta e quatro reais e noventa centavos) já inclusos os custos operacionais e institucionais da FUNAP/DF.

5.2. Os valores acima descritos estão baseados na proposta apresentada pela FUNAP/DF de fl. 15, conforme quadro abaixo:

Folha nº	186
Processo nº	419.000.064/2015
Rubrica	16570987
Matrícula	

NÍVEL I

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO A SER PAGO
1	Bolsa ressocialização	R\$ 790,00
2	Auxílio Transporte	R\$ 230,00
3	Auxílio Alimentação	R\$ 230,00
4	Custos Operacionais e Institucionais para a FUNAP/DF	R\$ 168,14
	Valor total por sentenciado	R\$ 1.418,14

NÍVEL II

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO A SER PAGO
1	Bolsa ressocialização	R\$ 950,00
2	Auxílio Transporte	R\$ 230,00
3	Auxílio Alimentação	R\$ 230,00
4	Custos Operacionais e Institucionais para a FUNAP/DF	R\$ 168,14
	Valor total por sentenciado	R\$ 1.578,14

5.3. Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses terão seus valores anualmente reajustados por índice adotado em lei ou, na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.

5.4. Os preços estabelecidos para o auxílio transporte permanecerão fixos e sofrerão alterações de valor por ocasião de ato próprio do poder constituído, que estabelecerá o aumento ou a redução de valor das tarifas praticadas pelas empresas de transportes urbanos.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Folha nº	187
Processo nº	419.000.06412015
25	16570987

Handwritten signature/initials

I – Unidade Orçamentária: 57.101 – Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

II – Programa de Trabalho: 04.421.6222.2426.8480

III – Natureza da Despesa: 33.91.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ

IV – Fonte de Recursos: 100 – Recurso do Tesouro

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 153.014,00 (Cento e cinquenta e três mil e quatorze reais), conforme Nota de Empenho nº 2015NE00531, emitida em 09/07/2015, por Dispensa de Licitação, na modalidade Estimativo.

6.3 – A despesa do exercício subsequente correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício, ficando condicionada à previsão na LOA.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

7.1. O pagamento será feito de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30(trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos – CND, emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

III – Certidão de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal.


Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência


O contrato terá vigência de 06 de setembro de 2015 até 06 de setembro de 2016, podendo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE e na forma do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

Folha nº	188
Processo nº	419.000.0641/2015
Rubrica	16570987
Matrícula	

Cláusula Nona – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

- 9.1. Selecionar os sentenciados para o trabalho, conforme solicitação, dentre aqueles que preenchem os requisitos legais e conforme disponibilização de Unidade Prisional do Distrito Federal;
- 9.2. Indicar sentenciados que estejam com a documentação (carteira de identidade e CPF) regularizada;
- 9.3. Orientar, inicialmente, os sentenciados encaminhados quanto à execução das tarefas, de forma que os serviços contratados sejam realizados com esmero e perfeição;
- 9.4. Garantir a **CONTRATANTE** a mão-de-obra necessária à execução das tarefas, dentro dos horários por ela praticados, que não será inferior a 6(seis) horas nem superior a 8 (oito) horas diárias, com descanso nos feriados e finais de semana;
- 9.5. Prestar os serviços contratados na forma ajustada, mantendo a execução de cronograma de tarefas que vier a ser estabelecido pela **CONTRATANTE**;
- 9.6. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** quando o sentenciado for recolhido ou entrar de licença médica;
- 9.7. Substituir no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis qualquer dos sentenciados que por questão de recolhimento, licença médica, ordem, disciplina ou assiduidade, não atendam aos interesses da **CONTRATANTE**, à exceção do encerramento da pena, quando o sentenciado deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Garantir a possibilidade de substituição de qualquer reeducando, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado de forma prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina do **CONTRATANTE** ou interesse público;
- 9.9. Coordenar, comandar e fiscalizar o bom andamento dos serviços, cuidarem da disciplina, controlar frequência e a boa apresentação pessoal dos sentenciados;
- 9.10. Comprovar, juntamente com a Nota Fiscal dos serviços prestados, ou sempre que solicitado, a quitação dos encargos sociais, previdenciários e tributários da FUNAP, mediante apresentação das Certidões Negativas;
- 9.11. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no ato da contratação;
- 9.12. Designar um preposto, para responder pelo contrato, junto à **CONTRATANTE**;
- 9.13. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por meio de correspondência qualquer fato relevante que eventualmente ocorra, que possa alterar significativamente a sua situação econômico-financeira ou a imagem pública

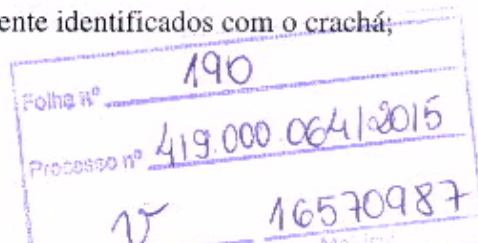
Folha nº	189
Processo nº	419.000.064/2015
	16570987
Rubrica	Matrícula


5

- 9.14. Apresentar a **CONTRATANTE** o comprovante de quitação de seguro correspondente a execução do contrato, se for o caso.
- 9.15. Comunicar à **CONTRATANTE**, por escrito, quando verificar condições inadequadas à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato.
- 9.16. Cumprir as demais condições e obrigações estabelecidas no projeto básico que a este se vincula.

Cláusula Décima – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratante.

- 10.1. Fornecer à **CONTRATADA** os materiais necessários à execução dos serviços;
- 10.2. Permitir o acesso às suas dependências, dos sentenciados ou preposto da **CONTRATADA**, adotando as providências de sua alçada na execução dos serviços;
- 10.3. Designar executor do contrato, para acompanhamento e fiscalização do contrato, além de interlocução direta com a **CONTRATADA**.
- 10.4. Orientar os sentenciados quanto à execução das tarefas, de forma que os serviços sejam realizados dentro dos seus parâmetros de eficiência e eficácia;
- 10.5. Realizar, por meio das chefias imediatas, avaliação de desempenho dos sentenciados ou quando solicitado pela **CONTRATADA**;
- 10.6. Encaminhar à **CONTRATADA**, impreterivelmente até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente, as folhas de frequências originais e sem rasuras dos sentenciados, devidamente assinadas e atestadas;
- 10.7. Efetuar o repasse financeiro à **CONTRATADA**, mensalmente, dos valores referentes ao custo de cada sentenciado para que a mesma efetue o pagamento aos sentenciados, segundo os valores constantes na proposta apresentada pela **CONTRATADA** e no projeto básico;
- 10.8. Determinar o horário e o local onde serão prestados os serviços;
- 10.9. Informar o desligamento de sentenciado à **CONTRATADA** até o 1º(primeiro) dia útil após o seu desligamento;
- 10.10. Cumprir com a **CONTRATADA**, todos os compromissos financeiros autorizados, assumidos ou adiantados em decorrência desta contratação;
- 10.11. Comunicar imediatamente a **CONTRATADA** quando o sentenciado for recolhido, entrar em licença médica ou ainda faltar por 3 (três) dias consecutivos;
- 10.12. Manter os sentenciados devidamente identificados com o crachá;



10.13. Permitir, durante a vigência do contrato, o acesso de representantes da **CONTRATADA** aos locais de prestação de serviço, desde que devidamente identificados;

10.14. Solicitar aos sentenciados, no caso de alteração de endereço, o novo comprovante de endereço juntamente com o Termo de Compromisso da VEP e encaminhar a **CONTRATADA**, especificando a data da alteração do mesmo para fins de pagamento de auxílio transporte;

10.15. O comprovante de endereço de que trata o item anterior deverá ser conta de água, luz, telefone ou contrato de aluguel no nome do sentenciado, ou ainda documento judicial que comprove a alteração do endereço;

10.16. Caso haja necessidade de realização de serviços pelos sentenciados em local diverso do local-sede da **CONTRATANTE**, deverá ser comunicado oficialmente à **CONTRATADA** com antecedência mínima de até 24 horas, informando o endereço, o dia e o horário;

10.17. Permitir o acesso da FISCALIZAÇÃO realizada pelos Órgãos integrantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal que compõem o Sistema Policial e Prisional/Penitenciário do Distrito Federal, bem como de integrantes do Poder Judiciário legalmente investidos;

10.18. Fornecer, mensalmente, os auxílios alimentação e transporte necessário ao deslocamento dos sentenciados no período ou repassar a **CONTRATADA** para que a mesma pague aos sentenciados, e seja posteriormente ressarcida pela **CONTRATANTE**;

10.19. Notificar à **CONTRATADA**, formal e tempestivamente, todas as irregularidades observadas no decorrer do contrato;

10.20. Demais obrigações previstas no projeto básico;

Cláusula Décima Primeira – Da Alteração Contratual

11.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de termo aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

11.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Folha nº	191
Processo nº	419.000.064/2015
Rubrica	16570987
Matrícula	

Cláusula Décima Segunda – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na legislação vigente, principalmente aquelas previstas no Decreto Distrital nº 26.851, de 30/05/2006, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

Cláusula Décima Terceira – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista na Justificativa de Dispensa de Licitação, observado o disposto no art. 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Quarta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Quinta – Do Executor

O Distrito Federal, por meio da CONTRATANTE, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil e demais disposições legais vigentes.

Cláusula Décima Sexta - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua

Folha nº	192
Processo nº	419.000.064/2015
	10570987
	Matrícula

assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, doravante denominada **CONTRATANTE**.

Conforme Decreto Distrital nº 34.031/2012: "Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contrato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060".

Cláusula Décima Sétima – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

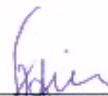
Brasília, 6 de setembro de 2015.

Pelo DISTRITO FEDERAL:

Pela FUNAP:



MARISE RIBEIRO NOGUEIRA
Secretária de Estado

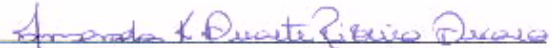


FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE
Diretora Executiva

Testemunhas:



VIOLETA DUARTE S. PASSOS
Nome:
CPF: 834.058.523-15



Nome:
CPF: 912.298.042-34

Folha nº	193
Processo nº	419.000.064/2015
Rubrica	10570987
Matrícula	